

COLIGAÇÃO MARINGÁ PARA TODOS (PT-PDT-PCdoB)

DIRETRIZES PROGRAMA DE GOVERNO

CARLOS EMAR MARIUCCI (PT)

Prefeito

PROF. JOSÉ PELUSO (PDT)

Vice

MARINGÁ, 2020

SUMÁRIO

Apresentação inicial: Maringá no cenário das crises globais e o horizonte que queremos.....	3
A esperança de uma Maringá mais justa e inclusiva: para todos!.....	5
Apresentando Carlos Mariucci.....	7
Eixos programa de governo.....	8
Principais propostas: Mobilidade Urbana e Tarifa Mínima, Comitê de Crise na Pandemia, Segurança Pública. Pública.....	9
PROPOSTAS DOS EIXOS:	
Economia Solidária.....	10
Meio ambiente.....	12
Mobilidade e Infraestrutura.....	14
Cultura.....	15
Esporte.....	16
Educação.....	16
Saúde.....	18
Assistência Social.....	20

APRESENTAÇÃO

Maringá no cenário das crises globais e o horizonte que queremos

As primeiras décadas do presente século nos apresenta desafios prementes. A negação da política e o pessimismo com a democracia representativa compõem um cenário nebuloso a ser compreendido-e enfrentado! A ascensão da extrema direita e a escalada do autoritarismo no Brasil e em esfera global, provoca-nos a reafirmação do compromisso político e militante com nosso país e nossa querida cidade.

As chamadas “Jornadas de Junho de 2013” e todos os seus desdobramentos até o momento atual, convoca os defensores das forças progressistas a pensar as novas formas de fazer política no Brasil atual. O advento das redes sociais trouxe inegavelmente uma maior participação ao debate público, por outro lado, as “*fake news*” ameaçam frontalmente a nossa democracia. Todos esses elementos mobiza o Partido dos Trabalhadores, partido fundamental na redemocratização brasileira e pelos avanços sociais nas últimas décadas, à luta pela democracia e pelo estado democrático de direito. A constituição federal de 1988, a nossa constituição cidadã, uma grande conquista da sociedade brasileira, é gravemente ameaçada pelo golpismo, por agressões às garantias constitucionais e outros ataques sucessivos que testam e desafiam as próprias instituições democráticas e o regime republicano.

Passadas três décadas da nossa carta magna, germinada em um momento histórico em que o Brasil parecia reencontrar a si mesmo, momento em que a cidadania era palavra de ordem, disputada pelas forças progressistas e conservadoras, desembocamos hoje em momento ameaçador para todas as conquistas das últimas três décadas, especialmente no rico ciclo dos anos 2003-2016. A agenda de permanente desmonte das políticas de bem-estar social que se instala no estado brasileiro nos últimos quatro anos dão o tom desse descenso. Todo otimismo com a efervescência cultural e política daqueles anos converteu-se abruptamente, após três décadas, em uma completa desesperança de parte da população pelas vias tradicionais de representação política. O medo, seguido pelo ódio, tornaram-se integrantes do receituário político brasileiro. No marco temporal entre a redemocratização até o momento atual, algo no tecido social se esgarçou e deve ser reatado.

No cenário mundial, a uberização do trabalho, o novo proletariado de serviços, o trabalho flexível e intermitente fazem parte do léxico que é mantra da nova ofensiva do

neoliberalismo que penaliza sobremaneira a classe trabalhadora. O trabalho online e sem proteção social são chamados constantes aos trabalhadores, que por vezes sem opção, são seduzidos por relações profissionais precarizadas e degradantes. A nova agenda trabalhista nos últimos anos retira conquistas históricas dos trabalhadores em nosso país. A nova composição da classe trabalhadora, com direitos esfacelados e suscetíveis à promessa do “empreendedorismo de si mesmo” é um desafio para a organização sindical.

Toda a crise política iniciada em 2013 e seus desdobramentos posteriores desembocam, nas perigosas curvas da história, na ascensão de um governo de extrema-direita que ameaça frontalmente os valores democráticos, os direitos humanos, a liberdade de imprensa, as políticas de bem-estar social, os grupos mais vulneráveis, uma verdadeira tragédia social ainda sem precedentes.

Em meio a um manancial de problemas já significativos, somos acometidos pelo surto da COVID-19, causada pela SARS-CoV-2, o “novo corona vírus”. Uma pandemia que surge forma meteórica no final do ano de 2019, expandindo-se rapidamente, colocando a humanidade de joelhos. A crise sanitária, em aspectos geográficos, é democrática, visto que acomete os quatro cantos do mundo, mas, socialmente, penaliza especialmente os vulneráveis, quais sejam: os pobres, os negros, as periferias, a população de rua, ou mesmo populações desassistidas pelas políticas públicas desprovidas de serviços como água potável, saneamento básico, renda básica etc.

A Covid-19 causa um impacto imediato na saúde pública, na saúde mental, nas subjetividades etc. Soma-se ainda, a necessidade de isolamento social, recomendação fundamental da ciência para contenção do vírus que flagela a economia, alargando ainda mais a nossa crise política e financeira, já em curso antes da crise sanitária. Intensificando-a em um momento que o mundo ainda se recuperava de outra crise econômica, a de 2008. Nesse cenário, a pandemia reconfigura todo o quadro econômico, político e social, mostrando-nos ao mesmo tempo, a impotência do neoliberalismo, que preconiza o Estado mínimo, a descentralização, a privatização, o regime de austeridade fiscal, soluções falidas para um país de gigantes assimetrias sociais, agravadas sobremaneira em nosso drama atual.

Ao mesmo tempo, o momento nos desafia e abre uma janela histórica para pensarmos novas formas de organização política, já que toda crise aponta caminhos, saídas. Se esses serão exitosos ou não, depende também de nós! Crise é travessia e oportunidade de fazer

brilhar novamente a nossa estrela. A construção de um outro mundo possível começa pela cidade que queremos!

A ESPERANÇA DE UMA MARINGÁ MAIS JUSTA E INCLUSIVA: PARA TODOS!

Nesse amálgama de desafios tão diversos e inquietantes também emerge a nossa esperança por novos dias. Sabemos que após os momentos dramáticos que a humanidade atravessa, a história nos brinda com novas oportunidades, tanto na política, na economia, na vida. Para isso, é imperioso pensarmos como nosso município se insere nesses novos desafios globais. Nossa querida Maringá chega nesse turbulento ano de 2020 aos seus 73 anos. É cada vez mais uma cidade desenvolvida, moderna, exuberante. Aclamada nacionalmente e listada no topo de rankings nacionais pelas suas belezas naturais e qualidade de vida. Importante ponderar, porém, que por trás da beleza dos seus parques naturais e de números razoavelmente satisfatórios de bem-estar social, a melodia da cidade canção expressa em prosa e verso em cada esquina, esconde-se a chaga da segregação social. Maringá nasce sob o signo da segregação socioespacial que persiste até os dias atuais. É uma cidade planejada (para poucos). A pujança da economia esconde as gritantes contradições sociais, que revelam-se especialmente nas franjas e entornos da cidade, nas periferias, onde os problemas sociais são realmente descortinados.

A Maringá que buscamos para o século XXI é de uma cidade verdadeiramente humana, inclusiva e justa. Onde a mobilidade, a saúde, o direito à moradia, sejam direitos de todos. Um planejamento de emergência para o momento delicada em que vivemos, pensando a vigência e pós-crise sanitária, tanto plano econômico, como na saúde pública também é fundamental e ampara esse plano de governo. Proposições para a mobilidade urbana e para o custo do transporte público, problema crônico e antigo em nossa cidade, também inserem-se nesse plano de governo como uma das prioridades.

A coligação “Maringá Para Todos”, composta pela aliança do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), conjuga a união de legendas que foram seminais para a construção da democracia brasileira. A tríade que já teve figuras emblemáticas e da altura de Florestan Fernandes e Paulo Freire (PT), Leonel Brizola e Darcy Ribeiro (PDT), João Amazonas (PCdoB), compõem uma força política que lutarão bravamente pela soberania nacional, pela

dignidade dos trabalhadores e por um país mais justos. Esses sim, verdadeiros nacionalistas!

Inspirados na experiência e no legado dessas legendas e de tantos quadros valorosos, tanto no passado como na atualidade, sentimos que podemos, especialmente nesse momento, colaborar efetivamente com o desenvolvimento realmente inclusivo e humano de Maringá. Essa cidade que já teve uma administração do PT, com a passagem honrosa do saudoso José Cláudio Pereira Neto como chefe do executivo, e de uma equipe comprometida e que trabalhava diuturnamente pelo bem-estar dos maringaenses. Anos marcados pela transparência, pela experiência exitosa do “Orçamento Participativo”, “Banco do Povo”, projetos em expansão em várias prefeituras administradas pelo PT em um década de pleno desenvolvimento econômico e social no Brasil. Anos que bateram recordes de desenvolvimento humano em um país com uma das maiores desigualdades sociais do planeta. Tempos de política feita pelo olho no olho, pelo corpo a corpo com a população, marca de uma gestão que até hoje rende homenagens a José Cláudio, presente eternamente no imaginário social e no coração do maringaenses.

Para reeditarmos nossos sonhos, apresentamos esse programa de governo para uma Maringá que olha além, com esperança...A cidade como construção humana é também terreno para a construção de nossos sonhos...

APRESENTANDO CARLOS EMAR MARIUCCI

Carlos Emar Mariucci é um filho legítimo da cidade canção. Maringaense de 57 anos, atualmente vereador, ex-comerciante, artista plástico, líder religioso, pai, esposo e avô do Ernesto e Luis Guilherme. Ao lado sua companheira Elza, parceira de vida e das lutas, desenvolve trabalhos comunitários há décadas em Maringá. Tem um engajamento de longa data nas ações sociais e religiosas da cidade, aliás, religiosidade e fé é uma das marcas registradas da família Mariucci. Participou também como forte liderança nos movimentos de formação política no interior da Igreja Católica na cidade. É uma liderança popular orgânica, construída em todos os espaços em que passou nesses 57 anos, como cidadão, profissional, cristão e hoje, vereador.

Seu atual mandato como vereador pela cidade de Maringá ganhou muito destaque. Um mandato marcado por muito trabalho, trazendo sempre pautas propositivas, andando incansavelmente os quatro cantos da cidade, vivendo o dia-a-dia da municipalidade e do cidadão maringaense, mas também fiscalizando com responsabilidade o executivo municipal.

No auge da sua carreira no legislativo municipal, e com chances reais de ter um novo mandato nas eleições do presente ano, Mariucci impulsionado pela indicação unânime de um grupo valoroso e experiente, resolveu, com nobreza e a coragem dos grandes líderes: topar o desafio da sua candidatura a prefeito do município de Maringá. Ciente de todos os desafios do presente momento, tanto em esfera municipal, nacional e global, mas dotado da segurança da sua experiência, do seu conhecimento sobre os problemas e potencialidades de Maringá. E acima de tudo, encorajado pela sua honestidade e credibilidade de sua biografia, respeitada até pelos seus adversários políticos na cidade de Maringá, coloca seu nome à disposição, não apenas do seu partido, mas da sua querida cidade.

Mariucci, com a garra dos grandes, em um momento de tantas incertezas, sabe que defende algo muito maior que uma mera candidatura, costuma dizer que esse não é projeto pessoal, mas sim um projeto coletivo de uma sociedade mais justa e solidária. A construção desse sonho certamente inicia na nossa amada Maringá!

Conheça a seguir nosso plano de governo e todas as proposições da candidatura Mariucci Prefeito para a cidade Maringá nos próximos anos.

EIXOS PROGRAMA DE GOVERNO

1) Gestão participativa, democrática e em consonância com os desafios da atualidade.

Cidadania: negros, mulheres, juventude, LGBTI etc.
Participação democrática de conselhos e sociedade civil.

2) Desenvolvimento sustentável e economia solidária.

Incentivo à agricultura familiar, horta comunitárias, pequenos produtores e comerciantes locais. Soluções para um desenvolvimento sustentável e criação de um polo de inovação tecnológica.

3) O direito à cidade: infraestrutura e mobilidade urbana.

Soluções para transporte público, obras (saneamento, asfalto), trânsito serviços, projetos de infraestrutura, segurança pública e serviços de inteligência. Projetos habitacionais etc.

4) Direitos sociais, inclusão e emancipação: Maringá mais justa e humana!

Saúde, educação, cultura, esporte e lazer, assistência social e inclusão.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

***MOBILIDADE URBANA-TARIFA MÍNIMA**

A elevada tarifa do transporte público é um antigo problema na cidade de Maringá, pensar uma articulação e solução negociada entre empresa e o poder público é fundamental para que o serviço tenha preços mais justos aos trabalhadores.

***COMITÊ CRISE PANDEMIA**

No momento delicado em que vivemos em face da pandemia que assola a humanidade, é imperioso pensarmos em um ‘Comitê de Crise’. Esse será composto por uma equipe multidisciplinar que articulará estratégias para o enfrentamento aos impactos da pandemia, tanto no aspecto de saúde pública e combate à propagação do vírus em nossa cidade, como nos aspectos da recuperação econômica de pequenos e médios comerciantes/empresários. Importante ainda ressaltar que esse comitê realizará suas ações em alinhamento e diálogo com a região metropolitana, especialmente com Sarandi e Paçandu, haja vista a necessidade de uma ação integrada dado o fluxo de pessoas, seja por questões de trabalho, saúde, estudo, diariamente na região.

***SEGURANÇA PÚBLICA**

A coligação “Maringá para Todos” concebe que a melhor política de segurança pública é a inclusão social, gerando mais oportunidades na área de educação, cultura, esporte, geração de renda etc. O ser humano não precisa de uma arma, ele precisa de oportunidades para viver dignamente. Aliás, todo o discurso que tinha como premissa armar a sociedade brasileira para o enfrentamento à violência mostrou-se falacioso, além de ser agressivo e ineficiente. Uma das maiores desigualdades sociais do mundo só reduzirá seus índices de violência com maior justiça social e oportunidades.

Contudo, ações de inteligência e prevenção também devem caminhar juntas. A segurança pública, como sabemos, é obrigação do estado, mas pode (e deve) ser complementada pelo município. Para tanto em Maringá propomos:

*Implementar um amplo sistema de monitoramento na cidade, desenvolvendo uma central de monitoramento que possa fazer a vigilância de pontos centrais e estratégicos da cidade.

*Aprimorar o sistema de iluminação e monitoramento dos espaços públicos, numa perspectiva de policiamento protetivo, que não se fixe apenas nas áreas centrais;

- *Criar ações educativas da guarda comunitária nas escolas.
- *Criação de políticas de acompanhamento e orientação de egressos do sistema socioeducativo e penal.
- *Criação da “Patrulha Maria da Penha”, com a utilização de viatura descaracterizada para realização de atividades de prevenção e combate à violência contra a mulher.
- *Criar uma conferência municipal para rever protocolos de abordagem de jovens. Pensar em uma política de segurança antirracista e que não criminalize a pobreza.

PROPOSTAS EIXO 1: Gestão participativa e democrática.

- Fortalecer os conselhos, como instrumentos de participação ativa e democrática.
- Fortalecer os movimentos de luta da juventude, de mulheres, LGBTIQI+ e negros.
- Garantir o atendimento das necessidades das pessoas LGBTQI+s na sua permanência na cidade, com criação de uma gerência para políticas específicas para esse grupo;
- Fortalecer e ampliar ações Secretaria da Mulher.
- Garantir o atendimento das necessidades das mulheres encarceradas na sua permanência na cidade.
- Prever reserva de agenda dos campos de futebol públicos da cidade aos grupos de futebol feminino, bem como equipá-los com demais equipamentos que favoreçam a ocupação do seu entorno pelo público feminino;
- Incentivar projetos arquitetônicos que considerem as especificidades das mulheres, levando essa discussão ao conselho de habitação de interesse social;
- Deslocar a delegacia da mulher para centro da cidade e centralizar no território os serviços especializados para mulheres.
- Garantir o atendimento das necessidades das mulheres indígenas na sua permanência na cidade, incluindo a criação de um centro permanente para comercialização e exposição de artesanato indígena;
- Prever espaços públicos na cidade que incentivem a ocupação, a circulação e a sociabilidade, adequados à utilização por parte de crianças e idosos, e cuja segurança não dependa exclusivamente da força policial;

PROPOSTAS EIXO 2: Desenvolvimento sustentável e economia solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia Solidária, é a forma de produzir de forma coletiva e solidária, onde a autogestão é a principal característica entre os integrantes dos empreendimentos. É modelo de desenvolvimento econômico que vem em contraponto ao capitalismo.

Dentre as experiências que temos estão os grupos artesanais, associações de agricultura familiar e cooperativas ligadas aos sindicatos rurais e ao MST, grupos agroecológicos que produzem alimentos sem uso de agroquímicos com grande preocupação ambiental e profundo respeito à vida protegendo a saúde do consumidor, princípio fundamental da Socioeconomia Solidária.

Atualmente, a Economia Solidária está presente em muitos municípios do Estado, concretizada em projetos e empreendimentos constituídos com apoio de políticas públicas locais e de identidades apoiadoras, como ONGs, Centros Comunitários Paroquiais, Sindicatos, Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares, Pastorais Sociais.

A consolidação de um Plano Municipal estabelece contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo e se constitua efetivamente como política de estado.

Garantir o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, promovendo o desenvolvimento sustentável e solidário, baseado na autogestão.

Uma Política Municipal de Economia Solidária, passa pela construção e diretrizes, tais como:

Comercialização e consumo sustentáveis;

- Criar um Centro Público de Economia Solidária, que é um espaço multifuncional que abrigue atividades de comercialização, formação e assessoria técnica, incubação e de articulação local da economia, criando inclusive um calendário de feiras solidárias;
- Mapear todas as experiências já existentes em Maringá visando a constituição de redes e cadeias produtivas, mantendo um monitoramento permanente;
- Formação e/ou estruturação de redes de comercialização de produtos reciclados através de uma rede de Economia Solidária, incentivando a reciclagem de resíduos sólidos com conscientização da população;
- Propor a integração regional da economia Solidária.

02: Financiamento: crédito e finanças solidárias

- Formação para o crédito, gestão financeira e custos dos Empreendimentos Econômicos Solidários;

- Inclusão de recursos para Economia Solidária nos orçamentos, inclusão no PPA, LDO e na LOA;

- Criação de fundos solidários a partir dos EES (bancos comunitários, fundos solidários e moedas sociais)

03: Conhecimentos: formação, assessoria e tecnologias sociais

- Incorporar o tema da Economia Solidária em todos os níveis e modalidades de ensino, com a criação de disciplinas e cursos, bem como a incorporação do tema nos projetos políticos pedagógicos no sistema de ensino (transversalidade).

- Garantir a formação em Ecosol para os professores da rede municipal de ensino, inserindo a Economia Solidária como tema transversal no ensino fundamental.

04: Ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas;

- Criar o Programa Municipal de Economia Solidária (Legislação), contemplando Conselho Municipal e Fundo Municipal Solidário.

- Criar Conferência Municipal de Economia Solidária.

- Criar pontos fixos de comercialização.

- Comitê de crise deve pensar a recuperação econômica dos micro e pequenos empresários.

- Defesa da criação de uma secretaria de economia solidária.

MEIO AMBIENTE

Pensando o meio ambiente de forma sistêmica

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é essencial à sadia qualidade de vida e todos têm direito a ele. Essa afirmação é absolutamente verdadeira e tem amparo constitucional, o que significa que, em decorrência da Constituição Federal, há no ordenamento jurídico pátrio um sistema de normas que objetivam garantir esse direito.

Isso se dá pela relevância da vida, impondo ao Poder Público e à coletividade, o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações. Porém, não se chegou de um dia para outro a esta conclusão, foi uma longa jornada, muito marcada pela destruição dos bens ambientais, especialmente, pela poluição do solo, do ar e das águas, e pela extinção de milhares de espécies da flora e da fauna.

O desafio é como continuar utilizando nossos solos e nossas águas e manter as atividades econômicas que dependem desses recursos ambientais e, ao mesmo tempo, garantir um meio ambiente sadio e equilibrado, condição essencial à vida.

Essa questão fica muito mais evidente nos municípios, que lidam todos os dias, por exemplo, com processos de loteamentos e parcelamento do solo e hoje muitos têm em sua estrutura administrativa, a responsabilidade do licenciamento ambiental. E mesmo aqueles que ainda não dispõem de condições técnicas para assumir esse processo estão obrigados a terem que atuar ativamente em matéria ambiental.

A atuação do município em prol do meio ambiente e, portanto, da vida, se encontra consubstanciada no poder que recebeu da Constituição da República de modo à melhor realizar suas funções e tarefas.

Estamos falando da Competência Comum em matéria ambiental, prevista no art. 23 da CF/88, que estabelece a competência do município, em comum com os outros entes da Federação, para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Estabelece também, que o município deve preservar as florestas, a fauna e a flora, assim como proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos e impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, além de registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

Na mesma senda, a Constituição da República, especificamente, no inciso VI do art. 24, dispõe sobre a competência concorrente, ou seja, garante que o município estabeleça um maior grau de proteção ao meio ambiente em seu território, podendo legislar a respeito de florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Portanto, o município tem uma tarefa fundamental, pois está na linha de frente da atuação ambiental. Mas, a questão não termina aí, o município, além de desenvolver sua política ambiental, também é responsável pela prestação de serviços, como o da coleta de resíduos domiciliares, que tem impacto social, ambiental e econômico.

Do ponto de vista social, está o relevante papel dos catadores e catadoras, que integram hoje parte do sistema operacional de tratamento de resíduos pela via da reciclagem com os municípios. Do ponto de vista ambiental e econômico, a coleta seletiva garante a preservação de recursos naturais, devolvendo ao sistema produtivo uma nova matéria prima, que chamamos de segunda geração, sendo de primeira geração, a matéria prima na sua condição original.

É na atuação junto à coleta seletiva, que o município concretiza o objetivo mais importante do gestor em relação ao meio ambiente, o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento esse, que deve combinar três dimensões: a social, a ambiental e a econômica. Portanto, é no marco desse tripé, que a gestão municipal deve ser realizada,

garantindo, sempre a participação popular, uma vez que o meio ambiente é bem de uso comum do povo.

Propostas:

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

- Implementar plano de manejo para as unidades de conservação do município.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:

- Aproveitar as unidades de conservação para um trabalho de educação ambiental junto as escolas do município.
- Implementar várias ações de capacitação: materiais didáticos, feiras, fórum ambiental, conferências etc.
- Conferência Ambiental, Fórum Ambiental (para definir a política de meio ambiente do município).

FUNDOS DE VALE:

- Garantir o isolamento através de cercas em todos fundos de vale do município;
- Recuperação e reflorestamento;
- Retomar a comissão de fundo de vale (corpo técnico, fiscais etc).

ARBORIZAÇÃO URBANA:

- Avaliar através de um plano de manejo as condições fitossanitárias das árvores urbanas do município;
- Intensificar a vistoria técnica na arborização do município;
- Viveiro Municipal – Torna-lo capaz de fornecer o máximo de mudas para o município.

PAISAGISMO, JARDINAGEM E PLANTIO DE ÁRVORES:

- Implantar e manter jardim e gramados nos espaços e prédio públicos do município;
- O plantio de árvores deverá seguir orientação e seguir critérios técnicos;
- Manter as áreas com vegetação e evitar áreas muradas em alvenaria.
- Revitalizar fundos de vale, com criação de áreas de lazer na periferia.

PROPOSTAS EIXO 3: O direito à cidade: infraestrutura e mobilidade urbana.

- Tarifa mínima para o transporte público.
- Priorizar o plano diretor como planejamento da cidade que queremos, combatendo as dinâmicas que reproduzem a segregação socioespacial, uma das marcas de nossa cidade.
- Trabalhar com o conceito de ‘mobilidade humana’ e não apenas ‘urbana’.
- Prever logística para as conexões trabalho/moradia, favorecendo a mobilidade das mulheres trabalhadoras no espaço urbano;
- Garantir segurança para públicos que usam bicicleta para locomoção moradia/trabalho;
- Imposto progressivo com alíquotas diferentes para o IPTU.

- Criar superciclovias que conectem a cidade, não apenas trajetos curtos de ciclovias, como as que existem atualmente.
- Pensar uma cidade mais inclusiva às pessoas com necessidades especiais.
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Social (CODES).
- Garantir o atendimento das necessidades da população em situação de rua na sua permanência na cidade, particularmente das mulheres grávidas;
- Prever espaços públicos na cidade que incentivem a ocupação, a circulação e a sociabilidade, adequados à utilização por parte de crianças e idosos, e cuja segurança não dependa exclusivamente da força policial;
- Levantar necessidades por bairro de equipamentos e espaços públicos, principalmente afeitas às mulheres e à juventude, descentralizando pelo território o planejamento urbano;
- Ampliar espaços de deliberação descentralizados pelos bairros.
- Incluir a preocupação com o tema da Região Metropolitana no planejamento urbano;

PROPOSTAS EIXO 4: Direitos sociais, inclusão e emancipação: Maringá mais justa e humana!

CULTURA

- Transformar a secretaria de cultura em fundação cultural.
- Otimizar e desburocratizar os editais da área cultura, já existentes em Maringá. Fazer que esses projetos cheguem nos bairros como cinema, teatro, música etc.
- Manutenção dos programas culturais já existentes, como os Convites à Literatura, ao Teatro, à Música, às Artes Visuais, à Dança e ao Cinema;
- Garantir a execução anual do Festbom (Festival de Teatro de Bonecos de Maringá), conforme Lei em vigor;
- Criação de programa de apoio e incentivo à circulação de artistas e grupos que irão participar de eventos culturais representando o município, em nível estadual e federal;

- Propor uma programação permanente de atividades culturais, dentro das escolas e creches do município, expandindo-as para as existentes na zona rural, que deverão ser desenvolvidas por artistas profissionais locais;
- Assegurar a realização anual da FLIM (Festa Literária Internacional de Maringá);
- Criar a rede de economia criativa através de produtos da cultura;
- Reestruturar som e iluminação dos Teatros Reviver e Barracão, bem como da Casa de Cultura do Jd. Alvorada.
- Criar programa de formação na área de TI, direcionada a artistas, técnicos e produtores culturais, para facilitar a participação em editais culturais;
- Buscar capacitar os professores de arte da rede municipal com formação continuada;
- Criação do roteiro turístico cultural, incluindo apresentações artísticas;
- Criação do cinema popular e itinerante, priorizando produções locais e regionais;
- Proporcionar a integração entre a Secretaria Municipal de Cultura e demais secretarias do município, voltada para a implementação de ações culturais. Incluindo a Guarda Municipal que já desenvolve um trabalho educacional nas escolas, por meio da arte.

ESPORTE

- Melhor aproveitamento dos editais de esporte que já existem em âmbito estadual.
- Resgatar os C.S.U e utilizá-los como espaços culturais e esportivos para a juventude nas periferias.

EDUCAÇÃO

A educação é um marco das gestões petistas, sendo um dos maiores legados quando o partido esteve à frente do governo federal. Durante os governos Lula e Dilma tivemos uma revolução na área educacional, período em que várias políticas educacionais foram criadas e muitos investimentos foram direcionados ao setor, tais como: a criação de 18 universidades federais, mais de 600 Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, PROUNI (Universidade para Todos), Ciência Sem Fronteiras, criação do FUNDEB,

Aprimoramento e renovação do Plano Nacional de Educação entre várias outras ações, abrangendo da creche à pós-graduação.

Diante desse legado, que deve ser defendido em um momento de tantos ataques à educação e aos educadores, de um verdadeiro desmonte do Estado de Bem-Estar Social para um perverso projeto ultraliberal que pauta o Estado mínimo, a educação assume um lugar especial no programa de governo. Como diz o professor Florestan Fernandes, a educação é uma chave que abre todas as outras portas para o exercício pleno da cidadania. Sabemos que a crise da educação brasileira é um projeto histórico, como assevera Darcy Ribeiro, todavia subverter essa lógica é uma missão de todos que acreditam e sonham com um Brasil diferente, com dignidade para todos. O mestre Paulo Freire também nos ensina que a educação sozinha não pode transformar a sociedade, mas tampouco sem uma educação inclusiva e de qualidade teremos o país que sonhamos, mais justo e soberano!

Cientes de uma educação democrática, inclusiva e emancipatória é uma ferramenta de transformação social, situamos Maringá no cenário educacional, pensando as propostas para o setor em nossa cidade, tais como:

- Resgate e fortalecimento dos fóruns de discussão e conselhos na área de educação no município. Discutir nesses espaços os desafios da educação na pandemia.

- Com a renovação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) aprovado recentemente, fazer um diagnóstico de carências de regiões da cidade para viabilização de construção de escolas e ampliação de vagas.

- Criação de um Sistema Municipal de Educação visando cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprimorando assim a integração das políticas, a qualidade do ensino e a gestão democrática.

- Valorização dos profissionais da educação municipal, professores, pedagogos e técnicos. CMEIS. Criação de equipes multidisciplinares.

- Melhor aproveitamento dos editais de esporte que já existem em âmbito estadual.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Propor uma secretaria de ciências e tecnologia.

- Criar a conferência de ciências e tecnologia de Maringá, com o intuito de definir propostas de políticas públicas para ciência e tecnologia para o município.
- Criar o conselho municipal de ciências e tecnologia;
- Articular parcerias com universidades (público e privado) na execução da política de desenvolvimento tecnológico do município; com intuito de criação de novas incubadoras;
- Articular espaços para realização de eventos técnico-científico;
- Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico no município;
- Tornar o parque tecnológico de Maringá uma realidade.

SAÚDE

A área da saúde é também uma das prioridades desse plano de governo, e deve ser olhada com muita atenção por todos os gestores públicos, especialmente neste momento de nossa história, quando enfrentamos a maior crise sanitária dos últimos 100 anos, a maior da nossa geração. A pandemia de Coronavírus, que flagela a humanidade, em que o Brasil figura-se entre os primeiros lugares número de óbitos, reconfigura toda nossa atenção ao setor de saúde, que deve ser redobrado nesse momento.

Apesar do número de óbitos, o momento dramático em que nós vivemos revelou a importância do S.U.S (Sistema Único de Saúde), um dos maiores sistemas de saúde público do mundo. Que apesar de suas limitações, é ainda um aporte seminal para as políticas de saúde pública no Brasil. Certamente, caso não tivéssemos um sistema de saúde com essa amplitude a alcance, a tragédia da pandemia no Brasil seria exponencialmente maior. Infelizmente, o S.U.S. como as demais políticas sociais sofreram duro golpe com a aprovação recente de Emenda 85, que congela os recursos destinados também à saúde por 20 anos. Diante de toda essa ofensiva contra o Estado de Bem-Estar Social, defender o S.U.S é imperioso nesse momento. Pensá-lo em articulação com ações no município também é fundamental!

Saúde é um Direito Fundamental do Ser Humano que se confunde mesmo com o próprio Direito à Vida.

Todas as políticas e ações do nosso governo terão inter-relação e interdependência com as políticas e ações de saúde. Tampouco penso as políticas de saúde apenas olhando para a assistência médica e a prevenção à doença. Vejo o estado de saúde da população como produto do conjunto das políticas sociais que compreendem a educação, habitação,

emprego, saneamento, lazer, segurança, transporte e alimentação. Saúde deve ser compreendida como resultado das determinações sociais originadas nas formas de organização social da produção que podem gerar desigualdades nas condições de vida. Portanto as nossas ações de governo serão direcionadas primordialmente para a satisfação das necessidades da população do nosso município objetivando a garantia do Direito à Vida e – por consequência – do Direito à Saúde. Entendendo que a saúde é um direito do povo e uma obrigação do Estado é que apresento para debate e para receber sugestões este programa de governo para o setor saúde.

Combate à pandemia

*Traçar estratégias para o combate à pandemia no Comitê de Crise a ser criado.

*Fiscalizar e cumprir de maneira eficaz e responsável os protocolos sanitários recomendados pela OMS no município, tanto no funcionamento de comércios, bares, espaços públicos etc, quais sejam: distanciamento social, uso de máscara, utilização de álcool em gel etc.

*Ampliação de testes rápidos para a população.

*Trabalhar para firmar uma ação conjunta entre a Prefeitura de Maringá, UEM e Secretaria de Saúde para orientações, palestras e ações de conscientização e combate à COVID-19.

*Construção do “Quarteirão da Saúde” no espaço compreendido entre o Hospital Municipal e UPA Zona Sul, desenvolvendo um grande corredor de triagem para detecção e teste do Coronavírus.

Saúde no município

- UBS: Reformar e ampliar unidades básicas de saúde de acordo com a necessidade de cada região.
- Redefinir áreas de atuação do Programa Saúde da Família. (NASF).
- Saúde bucal: estender o serviço da rede NIS.
- Contratação de pessoal para substituir os servidores aposentados.
- Elaboração de políticas para prevenção do consumo de álcool e droga, em expansão no município. Fortalecendo o CAPES e CAPSI.

- Implantação saúde do trabalhador-UBS com horário estendido para atender o/a trabalhador.
- Ampliar mecanismos de agendamento eletrônico, simplificando procedimentos, diminuindo as filas.
- Fortalecer os conselhos e fóruns de discussão sobre saúde.
- Formação e capacitação de pessoal. Plano de cargos e salários.
- Fortalecimento e apoio de grupos de educação em saúde de idosos e criação de uma rede solidária de Cuidado ao Idoso na comunidade.
- Criação de uma parceria da Secretaria Municipal de Saúde com a Universidade Estadual de Maringá para fomentar políticas de humanização nos bairros. Possibilitando ações conjuntas visando orientação como palestras sobre temas sensíveis à saúde coletiva, tais como: DST's, gravidez precoce, violência contra a mulher, dengue, dependência química, suicídio, doenças cardiovasculares etc.
- Aprimorar as equipes com especialistas para aumentar a capacidade de atendimento, reduzir as filas nas especialidades e reforçar a continuidade do atendimento pelas Unidades básicas.
- Implementar a política de atenção à saúde das mulheres em Maringá, com ações voltadas para a prevenção, promoção e atenção à saúde das mulheres em todos os ciclos de vida, considerando todas as mulheres: negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, com deficiência.
- Atender aos casos de violência contra as mulheres, orientando e capacitando os profissionais da rede a serem receptivos às manifestações das mulheres, crianças, adolescentes e idosos que podem indicar situações de violência.
- Realizar formação continuada e permanente das/os gestoras/es e profissionais de saúde, visando a promoção do atendimento humanizado pelos equipamentos de saúde no Município de Curitiba no que se refere as questões de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, direitos sexuais e reprodutivos, vulnerabilidade social, situação de rua, direitos humanos e programas de saúde voltados a saúde integral da população LGBTI.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PG PT/SUAS - Política de Assistência Social de Maringá

Maringá é um município de porte grande porte com **423.666** habitantes (estimativa 2019-IBGE).

Enfrentamento à crise e a pandemia

A crise social e econômica, agora agravada pela crise epidemiológica, tem aprofundado a desigualdade, ampliado as violações de direitos, especialmente nos territórios mais desiguais, afetando de modo assustador as famílias vulneráveis, com precarização de suas condições de vida, e principalmente da população infanto-juvenil e, mais recentemente, a população afetada pelo fechamento dos postos de trabalho. Fenômenos como trabalho infantil, desemprego, pobreza, estão ampliando as demandas por serviços e benefícios e a necessidade integração com as demais políticas públicas, assim como o funcionamento das redes de proteção nos territórios.

O Comitê de Crise para o enfrentamento ao COVID 19 de Maringá deve fortalecer e dar visibilidade para a política de assistência social no município, bem como realizar a articulação e planejamento integrado entre as políticas públicas de forma territorializada.

SASC- órgão gestor da política de assistência social

Cadastro Único:

FAMÍLIAS CADASTRADAS- **29.862**

EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA- 6.298 famílias

EM SITUAÇÃO DE POBREZA- 1.958 famílias

DE BAIXA RENDA- 8.451 famílias

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)- **6.906 famílias**- R\$ 1.254.550,00 /mês-
R\$ 15.054.000,00/ano

BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- PCD- 2.285 e Idosos 3.777= **6.062**
beneficiários - R\$ 6.346.287,76/jun-2020

Total repassado 2019- **R\$71.943.041,90**

I) Benefícios eventuais e auxílios emergências¹

Benefícios eventuais: oferta mensal de **1768 cartões alimentação** através dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social. Destinam-se às famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas por estas unidades, garantindo R\$ 90,00 (noventa reais) para uso em supermercados credenciados: **R\$159.120,00/mês e 1.909.440,00/ano**

Auxílio alimentação Municipal: instituído por meio da Portaria 13/2020, consiste na concessão de Cartão Alimentação (R\$90,00) e Cestas Básicas às famílias afetadas pela pandemia. O auxílio foi concedido pelas unidades gov e não governamentais. Até o momento foram disponibilizados, através de orçamento próprio:

¹ Secretaria de Assistência Social e Cidadania- Relatório 2: ações em curso frente a situação de emergência decorrente do coronavírus (COVID -19, Maringá: PMM/SASC, julho /2020.

- **12 mil cestas básicas- R\$ 864.340,00 (junho/julho/2020)**
- **20 mil cartões (junho/julho/2020)- R\$ 1800.000,00**

Programa Cartão Comida Boa: programa instituído pelo governo de estado, através da Sec Estadual de Agricultura e Abastecimento, visa Cartão de **R\$50,00 (3 parcelas, totalizando R\$150,00)** para compras em supermercados credenciados pela SEAB.16.515 com CADÚnico previsto, **10.186** (61.68%) e 3.309 autodeclaratório e realizado **3242** (97,98%)= **13.495 famílias atendidas**

Programa Compra Direta – Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. A SASC, através da coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional, firmou parceria, no valor de 1 milhão de reais, com fonte da para distribuição de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social. 21/07/2020.

Auxílio Emergencial Federal - benefício instituído pelo Governo Federal no valor de R\$ 600,00. Compete aos gestores municipais orientar as famílias no processo de acesso ao benefício (automaticamente para famílias no Cadastro Único e Bolsa Família e por aplicativo da CAIXA para os demais públicos).

- 15534 beneficiários pelo CadÚnico (creditados até 10/05);
- 38397 beneficiários pelo aplicativo/APP (creditados até 10/05).

Totalizando **60.284 beneficiários** do Auxílio Emergencial no município de Maringá.

II) Rede socioassistencial com 22 (vinte duas) unidades públicas e 34 (trinta e quatro) entidades privadas (não governamentais), composta por profissionais como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados, pedagogos, entre outros, que realizam atendimentos as famílias, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e outros públicos.

Proteção social básica

10 Centros de Referência de Assistência Social- CRAS

Serviço de Proteção Integral da Família- PAIF

CRAS Alvorada, CRAS Mandacaru, CRAS Iguatemi, CRAS Itaipu, CRAS Ney Braga, CRAS Branca Vieira, CRAS Santa Felicidade, CRAS Morangueira, CRAS Santa Clara e CRAS Requião

Em 2019 foram aproximadamente 22.700 famílias atendidas, enquanto que só no primeiro quadrimestre (**janeiro a abril**) **16.372 famílias atendidas.** (Relatório de Gestão quadrienal- janeiro-abril 2020)

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

11 Centros de Convivência (CC) – para crianças e adolescentes

Rede Privada- Não governamental

1 Centro da Juventude- Gov

876 crianças e adolescentes atendidas - (Relatório de Gestão quadrienal- janeiro-abril 2020)

SCFV- 9 Centros de Convivência (CC) - idosos (as) CRAS e 1Centro Dia

TOTAL: 406 idosos

PROPOSTAS:

- 1)** Estruturar/**construir as unidades com equipamentos e acesso adequado à internet**, priorizando os CRAS São Judas Tadeu e o CRAS Itaipu;
- 2)** Implantar o **CRAS no Distrito de Floriano**;
- 3)** Implantar programa integrado ao **Programa Adolescente Aprendiz**, com ampliação de parcerias, e desenvolvimento de ações voltadas ao protagonismo e formação cidadã;
- 4)** Implantar o **Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas** integrando as ações da estratégia da saúde da família;
- 5)** Realizar **planejamento da gestão municipal**, para estruturação de **ações integradas e territorializadas** das equipes dos CRAS com as das Unidades Básicas de Saúde e das Escolas por território do município, visando à participação social, o protagonismo e a cultura de proteção a direitos e prevenção de situações de violação;

Proteção Social Especial

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS .

2 CREAS I: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI- Janeiro a abril - 295- famílias acompanhadas
(Relatório Gestão quadrienal- janeiro-abril 2020)

Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)- **189 adolescentes**

PROPOSTAS:

- 6)** Estabelecer a **territorialização dos CRAS com os CREAS** para a construção conjunta do trabalho social com as famílias e indivíduos na relação do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) com o Serviço de Proteção Integral à Família (PAIF)

República- Missão Renovar de Apoio e Restauração de Vidas- 10 vagas/jovens e adultos em processo de saída das ruas.

Abrigo Municipal para Crianças – 15 atendidos

Abrigo Municipal para Adolescentes -12 atendidos

Serviço de Família Acolhedora- 43 crianças e adolescentes

- 3 Centros Dia para idosos: Serviço especializado para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social – 92 idosos atendidos.

Apesar da suspensão do atendimento presencial aos idosos, seguem acompanhando de forma remota os idosos e idosas atendidas. Da mesma forma, os 2 CREAS, estão atendendo as pessoas idosas vítimas de violência. São realizados atendimentos remotos e visitas domiciliares para os casos de maior gravidade- 50 idosos/

PROPOSTA:

7) Implantar Condomínios para pessoa com Deficiência e para pessoa Idosa;

Serviço de acolhimento pessoas idosas - 207 pessoas idosas

A SASC tem realizado apoio técnico, em parceria com a SEC de Saúde, junto as entidades de acolhimento às pessoas idosas.

Foram realizadas as adaptações necessárias a prevenção ao contágio Covid-19, também será realizado através da parceria com a SEJUF o exame em todas as **207 pessoas idosas** que vivem nas unidades de acolhimento: Casa Lar Benedita Franchini (unidade gov); Wajunkai, Lar dos Velinhos e Asilo São Vicente de Paula – organizações da sociedade civil).

Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua- Centro Pop, com o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua – 892 usuários/as atendidos

Serviço Especializado de Abordagem Social.

Ampliação de equipes de abordagem, atendendo 24horas, os dias de baixa temperatura. São mais 3 equipes nestes dias, que apresentaram os seguintes atendimentos: **354 pessoas** (765 abordagens); entrega de kit de higiene e 104 cobertores. As pessoas que continuam nas ruas seguem atendidas pela equipe do CentroPop, que está sediado na Rua Tenente Afonso Primeiro Camargo 321, Jardim Monte Belo.

Serviços de Acolhimento para Adultos e Famílias: pessoas em situação de rua

Portal da Inclusão- 18 vagas

Associação Aliança de Misericórdia- 50 adultos do sexo masculino

Ampliação do atendimento:

- 35 vagas junto ao Albergue Santa Luzia de Marillac - termo com a SASC;
- 20 vagas junto ao Coração Eucarístico –em processo de contratação;
- 45 vagas no Acolhimento provisório implantado no Complexo Esportivo pela SASC;
- 20 vagas nos apartamentos do Ginásio Chico Neto para acolher pessoas positivadas, garantindo isolamento e cuidados necessários;
- 10 novas vagas no Portal da Inclusão - em estruturação;

130 usuários atendidos

Total: 192 atendidos

Proposta:

- 8) Reestruturar** o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - **Centro Pop**, com o desenvolvimento de ações integradas com as demais políticas públicas para a garantia da defesa dos direitos da população em situação de rua;
- 9) Impulsionar** a implantação da **Política para População em Situação de Rua**, com implementação de arranjos que envolvam entidades da área e reorganização dos serviços, e implementação de propostas inovadoras como “Casa Primeiro” e “Aluguel Social”;

Casa de Passagem -Associação Indigenista – ASSINDI - 40 indígenas

Casas de Apoio: - Rede Feminina de Combate ao Câncer e Entidade Ecumênica de Amor ao Próximo

4 entidades Habilitação e Reabilitação à Pessoa com Deficiência:

1. Associação Maringaense dos Autistas – AMA- 47 adolescentes , jovens e suas famílias
2. Associação de Apoio ao Fissurado Lábio Palatal de Maringá – AFIM- não tem limitação de vagas.
3. Associação Norte Paranaense de Reabilitação – ANPR- 120 pessoas com deficiência
4. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE- 1075 crianças, adolescentes, jovens e adultos.

PROPOSTAS:

- 10)** .Garantir a prestação de serviços e concessão de benefícios que considerem as *diversidades socioculturais e identidades*, viabilizando o acesso de grupos específicos, visando sua proteção e protagonismo;
- 11) Estruturar a integração e qualificação da rede socioassistencial** considerando as demandas dos territórios, para a garantia dos serviços/programas de qualidade e melhoria na vida das famílias, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosas(os), pessoas em situação de rua, indígenas, LGBTI.

Órgão gestor da política de assistência social- SASC

A SASC instituiu as áreas essenciais como subdivisão administrativa como a subdivisão de Média e Alta Complexidade; Gestão Financeira e Orçamentária; Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda; Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial.

Conta com 72 servidores no órgão gestor e apresenta uma demanda de contratação de 15 profissionais (Ofício n* 1575/2018- SASC), para garantir o funcionamento adequado das respectivas áreas.

Cofinanciamento

SASC Orçamento 2019- 2,92% (49.725.000,00)
Orçamento 2020- 2,79% (50.157.000,00)

Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO- 2021- 2,87% -

Proteção Social Básica- 0,94% (16.517.298,00)
Proteção Social Especial- 1,19 (20.936.582,00)
Sub total: 37.453.800,00
Maringá Cidadã- (0,74)- 12.995.193,00)

Total: **50.449.073,00**

Ministério da Cidadania/Fundo Nacional de Assistência Social- Portaria nº 369 de 29/04/20- **recursos extraordinários**

FNAS: 2 parcelas de R\$1.688.235,00= R\$3.376.470,00

Incremento Temporário ao Bloco da PS Básica para Ações de Combate ao COVID-19:
R\$ 771.000,00

Incremento Temporário ao Bloco da Proteção Social Especial para Ações de Combate ao COVID-19- R\$ 771.000,00

FEAS-

PROPOSTAS:

- 12)** Garantir **concurso público e organização de equipes interprofissionais** em quantidade suficiente para a prestação qualificada de serviços e da gestão, com adoção de políticas de valorização do trabalho;
- 13)** Criar vagas 2 (dois) advogados(as) para compor as equipes de referência do CREAS;
- 14)** Aprimorar a **vigilância socioassistencial**, com adoção sistemática do índice de proteção social e a construção mapa de proteção/desproteção social.
- 15)** Implantar a **Educação Permanente do SUAS**, para formação continuada, produção e disseminação de conhecimentos, metodologias de intervenção, com fomento da inovação em gestão e trabalho social, em parceria com Universidades e organismos nacionais e internacionais.
- 16)** Realizar efetivo **monitoramento e assessoria** aos serviços, programas, projetos, estabelecendo indicadores de avaliação, levantamento das necessidades dos usuárias (os) para a implementação de um trabalho integrado na rede sócio assistencial e intersetorial.

Participação e Controle Social

17) Fortalecer o COMAS - Conselho Municipal da Assistência Social, com estrutura adequada e equipe na secretaria executiva;

18) Instituir os Conselhos Locais de Assistência Social em Maringá nos territórios dos CRAS, garantindo a participação dos usuários e fortalecimento do controle social;